



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CFCH-CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GEOVANE AUGUSTO DA COSTA TAVARES

“QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA”: Atuação da TFP em Pernambuco a partir das Páginas do *Diário de Pernambuco* (1960-1968)

Recife

2022

GEOVANE AUGUSTO DA COSTA TAVARES

“QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA”: Atuação da TFP em Pernambuco a partir das Páginas do *Diario de Pernambuco* (1960-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Nunes Soares

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
programa de geração automática do SIB/UFPE

Tavares, Geovane Augusto da Costa.

“Questão de Consciência”: Atuação da TFP em Pernambuco a partir das
Páginas do Diário de Pernambuco (1960-1968) / Geovane Augusto da Costa
Tavares. - Recife, 2022.
40 p.

Orientador(a): Thiago Nunes Soares

(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, , 2022.

1. Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. 2. Diário de
Pernambuco. 3. Anticomunismo. 4. Associações anticomunistas. 5. Igreja Católica
e Ditadura Militar. I. Soares, Thiago Nunes. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

GEOVANE AUGUSTO DA COSTA TAVARES

**“QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA”: Atuação da TFP em
Pernambuco a partir das Páginas do *Diário de Pernambuco* (1960-
1968)”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Licenciado em
História.

Aprovado em: 17/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Nunes Soares
(Orientador) Universidade Federal de
Pernambuco

Prof. André Luiz Maranhão Agostinho
dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Eduardo Augusto de Santana
(Examinador Externo) Universidade de
Pernambuco

Resumo

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa historiográfica sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a partir do *Diário de Pernambuco*, durante os anos de 1960-1968, que tem por princípio investigar e analisar o papel do jornal pernambucano de divulgação e correspondência da atuação intelectual, religiosa, política e cultural da TFP, chegando em Pernambuco em 1966. Papel esse que no decorrer da pesquisa se evidencia importante para entender como o jornalismo foi fonte de divulgação da existência de associações, de obras e ideias anticomunistas, aludindo em específico para a TFP e suas obras, como também o jornal desta sociedade, *Catolicismo*, um espaço para que esta pudesse formar uma opinião pública diante dos temas que envolviam a Reforma Agrária, a reforma do Código Civil e a questão do divórcio e aludia aos católicos a luta contra a infiltração na Igreja Católica, que foi motivo de discussão, presente no jornal, entre episcopado nacional e a TFP, especialmente com o episcopado de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, e Padre Joseph Comblin, um dos líderes do Instituto Teológico do Recife.

Palavras-chave: TFP, Igreja Católica, Ditadura Militar, Jornal *Diário de Pernambuco*, Plínio Correa de Oliveira, Associações de Direita (1960-1968), Pernambuco.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	O PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR E OS MOVIMENTOS À DIREITA (1960-1964).	9
3	A IGREJA CATÓLICA E AS POLÍTICAS REFORMISTAS: divisão interna e suas perspectivas de atuação e apostolado social.	12
4	O ANTICOMUNISMO NO BRASIL E JORNALISMO: <i>Diario de Pernambuco</i> e o papel social anticomunista.	16
5	TFP: Surgimento, Pilares Simbólicos e sua Luta Política	19
6	PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA TFP NO <i>DIARIO</i> : a atuação da TFP nos tempos do pré-golpe (1960-1964) nas páginas do <i>Diario de Pernambuco</i>	24
7	TFP ATIVA A NÍVEL NACIONAL: fundação das seções regionais e expectativas jornalísticas em Pernambuco (1964-1968)	27
8	A TFP E O CLERO: embates com a CNBB, Dom Hélder e o Padre Joseph Comblin (1966-1968)	32
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO.

A *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, conhecida como TFP, foi um dos grupos mais importantes no cenário político nacional na segunda metade do século XX. Sob a liderança de Plínio Correa de Oliveira e com o apoio dos setores e grupos mais tradicionais da Igreja Católica e simpatizantes políticos e intelectuais, essa sociedade expandiu não apenas no território nacional, ultrapassando os territórios de 26 países (MATTEI, 1997, p. 111). Esta iniciativa não passou longe dos jornais e dos meios de expansão de informação, como revistas e folhetos, que em seu tempo eram grandes meios da discussão intelectual, política e de formação cultural.

Em Pernambuco, o jornal que mais publicou e divulgou a TFP foi o *Diário de Pernambuco*. O *Diário* foi um dos jornais que assumiram a iniciativa anticomunista que existiu durante a década de 1960, principalmente pela orientação dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. E as relações desses fatos demonstram como a coalisão de atividades políticas e culturais, entre jornalismo e movimentos anticomunistas, determinaram os rumos dos debates intelectuais e de seus valores durante décadas no Brasil, na América Latina e no mundo marcado pela guerra fria e seus desdobramentos ideológicos.

Apesar da TFP ser muito mais do que um movimento contrário ao comunismo, se colocando também a combater outros tipos de grupos “revolucionários”, como o progressismo liberal em relação a dissolubilidade do matrimônio, assuntos da moral, etc, a luta e expansão da entidade contra o esquerdismo e o comunismo no Brasil e em Pernambuco foi noticiada, honrada e suas obras recomendadas ao público leitor por visar ao embate principal das questões reformistas que foram comumente chamadas de “comunizantes”.

A TFP, na questão mais recorrente nos anos de 1960 que foi a Reforma Agrária, divulgou que ser a favor ou contra essas medidas reformistas, que principalmente estariam em prol do inimigo da “civilização cristã”, seria de imediato uma “questão de consciência”. Questão essa que a TFP tomou para si a tarefa de esclarecer aos leigos e incautos os perigos consequentes que se poderiam ter com tais medidas, fossem elas a Reforma Agrária, a mudança do Código Civil, como também as ações e obras da Igreja, de caráter cada vez mais popular, secular e ecumênico, todas elas trariam consequências irreparáveis a “Civilização Cristã” (OLIVEIRA, 1998, p. 29).

A pesquisa tem por princípio entender como a TFP, como uma associação civil católica, ligada a setores de visão mais tradicional da fé, conseguiu destaque nas páginas do *Diario de Pernambuco*, levando em consideração a atuação e papel social deste meio de comunicação no período de 1960 até 1968. Recapitulando desde o início da década de 1960, as primeiras aparições indiretas da TFP, como nos anos de expansão desta mesma entidade a nível nacional, levando em destaque o histórico de militância intelectual e popular entre os anos de 1964 até 1966, principalmente no processo de transição do governo de João Goulart até os governos militares, após o golpe civil-militar.

Procurou também trazer a TFP instaurada em Pernambuco, a partir de 1966, noticiada pelo *Diario de Pernambuco* e entender como o jornal fez um trabalho de correspondência entre a associação e a população, divulgando suas obras e indiretamente também colocando o interesse aos leitores para obterem estas, como também serem assinantes do mensário *Catolicismo*, jornal próprio de assinantes que podiam aprofundar os temas já vistos nas causas políticas.

Por fim, procuro trazer uma análise das notícias relacionadas da crise entre a TFP e o clero nacional, principalmente representado pela CNBB, e como estes conflitos se radicalizaram principalmente no Nordeste e em específico em Pernambuco, mediante as críticas da TFP a Dom Helder Câmara e suas decisões, principalmente na questão do Padre Joseph Comblin, suas ideias sociais e a defesa do episcopado que deixavam livres as ideias do padre, que eram chamadas de “comunizantes”. Mediante isso, a TFP organizou um abaixo-assinado que a nível nacional recolheu mais de 1.600.000 assinaturas, visando denunciar a Papa Paulo VI a infiltração comunista na Igreja Católica no Brasil.

Para essas análises, recorri ao estudo primeiro do anticomunismo, do historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, onde fala da importância da TFP e de sua particularidade em relação a outros movimentos anticomunistas na década de 1960, como também fala da expansão do movimento anticomunista a nível nacional (MOTTA, 2000). A análise do anticomunismo nos jornais brasileiros retirei da historiadora Carla Luciana Silva, que defende que o uso da mídia e a divulgação do anticomunismo nos jornais foi uma das táticas mais eficientes da direita para a legitimação do golpe (SILVA C. L., 2000). Como referência aos jornais utilizei o artigo de Tania Regina de Luca, onde demonstra, pelo que podemos observar entre a mútua divulgação que TFP e *Diario de Pernambuco*, a presença da intelectualidade na escrita e na formação dos conteúdos dos jornais que são organizados a partir do viés de ideias que os próprios redatores possuem

ou são simpáticos. Isso direciona para as palavras de Pierre Bourdieu, onde o mesmo diz que há uma economia simbólica que direciona as atuações e ideias a se ligarem e proporcionarem um eixo imaginativo comum, atraindo os públicos para causa contrarrevolucionária, ligando os aspectos de religião, cultura, propriedade e a família (BORDIEAU, 2008).

2. O PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR E OS MOVIMENTOS À DIREITA (1960-1964).

No início da década de 1960, o Brasil vivia, politicamente, a época de um otimismo político devido a democracia instaurada vigente desde 1945. Segundo Antonio Paim, era o período de “interregno democrático”, em que se buscava uma identidade contínua do Brasil mediante a troca do poder entre os partidos, quebrando com uma herança de dependência de um poder centralizador, presente desde 1930, e em particular os anos do Estado Novo (1937-1945) (PAIM, 2018, p. 231). Dessa mesma época é a ascensão dos pactos comuns dos grupos e partidos em prol da democracia (FERREIRA; GOMES, 2014).

Após Juscelino Kubitschek e seu projeto de “50 anos em 5”, seu método de governo mais desenvolvimentista começara a deixar nos grupos partidários à direita, principalmente a UDN, uma desconfiança profunda com planejamentos tão “radicais” e populares demais, principalmente envolvendo o Estado e seu poderio diante da sociedade, principalmente por deixar marcas da inflação, dívidas no FMI e em alguns casos aprofundou as problemáticas nacionais que o seu desenvolvimentismo, sem mudanças estruturais, viera acabar (SCHWARCZ; STARLING, 2018, pp. 422-423).

Um pouco antes desse período, o Brasil já se servia de uma tendência progressista, quando se começou a desenvolver no ministério da Educação e Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão criado em 1955, durante o governo provisório de Café Filho, que tinha como objetivo unificar as correntes mais fortes do pensamento nacional, o desenvolvimentismo e o nacionalismo, e as trazer na prática na formação de uma nova forma de lidar com os problemas nacionais, envolvendo ativamente várias classes sociais que o Brasil possuía em seu tecido social (SOUZA, 1984, p. 56). Se começou a entender que para tais mudanças estruturais eram necessárias as reformas de base, sejam no mundo do trabalho, na habitação, na educação, e em tantas outras realidades humanas debatidas por intelectuais, artistas, economistas e outros tantos agentes produtores dessa nova fase cultural no Brasil. Se começava uma “revolução” dentro das próprias demandas históricas nacionais (SOUZA, 1984, pp. 53-54).

Essas novas correntes, e seus agentes nos órgãos de governo, ainda mais com a presença de comunistas e socialistas atuando para a construção de uma nova práxis nacional, não era bem visto pelas direitas que estavam se deparando com a ascensão interna de movimentos populares à esquerda cada vez mais radicais em suas

reivindicações, sejam nos campos, nas cidades, nas forças armadas e nos outros demais setores sociais, que não mais apenas pediam melhorias em seus ambientes de moradia ou de trabalho, mas começavam a luta pela organização de sindicatos e pela organização livre e espontânea de grupos políticos que faziam enfrentamento direto com as elites econômicas do país e suas próprias ideias. Assim, com a presença de esquerdistas, os movimentos de reforma foram vistos, principalmente pela TFP, como grupos que serviam para a infiltração comunista nos setores da sociedade, que com suas “coalizações populares”, se colocavam em lugar de privilégio social, dentro do próprio Estado, e modificavam drasticamente a própria harmonia social e sua própria capacidade de resolução interna de problemas, que seria feita levando em consideração a continuidade histórica das instituições sociais e de seus valores cristãos, que quando esquecidos, eram o principal motivo das principais desigualdades (OLIVEIRA, 1976, pp. 37-38).

Visando uma reação e arrefecimento desses movimentos, vinculando-os a ameaça comunista, criaram-se nesta mesma década grupos sociais anticomunistas, associações de atividade cultural, economia e social que visavam o combate ideológico e o embate frontal com tais bandeiras reformistas (MOTTA, 2000). Desse fato falam os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, que para a deposição do presidente João Goulart, por ocasião de sua progressiva inclinação para as bandeiras reformistas, se investiu profundamente uma onda de conservação contra a “comunização”, surgindo o complexo “IPES-IBAD”, que eram instituições conglomeradas, desde empresas multinacionais, setores das forças armadas, grupos econômicos do campo e das cidades, incluindo até agentes estrangeiros, como a Agência Central de Inteligência norte americana coordenavam juntos, através do “IBAD”, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, e com a atuação do “IPES”, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, a tarefa respectiva de receber donativos para “campanhas anticomunistas” e estabelecer assim um governo antirrevolucionário (FERREIRA; GOMES, 2014, pp. 43-44).

O “anticomunismo”, nas palavras da historiadora Carla Luciana Silva, era procurado para ser um motivo reunificador da unidade nacional, que fosse forçar de tomada de decisão contra um aparente inimigo “reformista”, “comunizante”, e este discurso esteve tanto na ditadura Vargasista, como a ditadura que começaria a partir de março de 1964 (SILVA, 2000). Assim, estes grupos “anticomunistas” proporcionaram ao longo do século XX, em especial para a América Latina e outras regiões em desenvolvimento, um empobrecimento das possibilidades de autonomia e liberdade

saudáveis políticas. Principalmente com a instauração da revolução cubana e a continuidade de governos “independentes”, mas que apontavam a um Estado centralizador da economia e vida humana, divergindo de relações diplomáticas e ideológicas lideradas pelos EUA. Nesse tempo, até Brasil e México, segundo relatos do historiador Eric Hobsbawm, eram modelos de desenvolvimento contrários a hegemonia capitalista presente no ocidente (HOBBSAWM, 2017, pp. 71-72).

A TFP entrou nesse movimento antirreformista, juntando o valor da fé católica e a doutrina social da Igreja Católica, que leva em consideração o valor tradicional da família e sua relação com a propriedade, seja individual como comum. Assim, este grupo estava relacionado com o meio católico e fora assim desde o seu início até o fim. E suas lutas devem ser consideradas também dentro dos termos de discussões que a Igreja Católica, no Brasil e no mundo, levava consigo. Seja na questão das grandes propriedades e suas relações com as pequenas posses familiares, como as tradições sociais e o papel da Igreja Católica para o bem comum do homem. A TFP foi uma das grandes representantes do desenvolvimento de ideias no Brasil, apesar de representar a minoria de interpretação de fé “integrista”, esta pressionou e influenciou muito a forma da qual os católicos deveriam ter diante das reformas sociais que estavam em discussão, até mesmo às direitas e seus projetos futuros.

Disso, cabe analisar internamente as várias correntes que existiam internamente na Igreja, como estas tratavam a questão social brasileira e como as divergências internas trouxeram à existência grupos que atuaram fortemente a nível nacional, sejam para a direita ou a esquerda.

3. A IGREJA CATÓLICA E AS POLÍTICAS REFORMISTAS: divisão interna pelas perspectivas de atuação e apostolado social.

A Igreja Católica Romana no Brasil sempre fora uma das mais importantes instituições religiosas, como também política, atuando para que sua finalidade de evangelizadora. Na época em que os debates sobre o futuro do país, entre ideias progressistas e conservadores, a Igreja Católica estava ali presente.

Porém, para entendermos de fato a importância do catolicismo no período da década de 1960, devemos conhecer as circunstâncias históricas em que a Igreja fora importante. Circunstâncias que nos fazem conhecer bem os grupos de liderança dentro da Igreja e compreender sua complexidade interna, saindo da visão simplória de uma unidade homogênea, e indo assim para uma compreensão da diversidade das comunidades dentro de uma mesma instituição e seus procedimentos internos para assim estabelecer o elo entre a fé e o secular (SOUZA, 1984).

A questão social, termo para se designar em sentido amplo a vida do homem em sociedade (SOUSA; GARCIA; CARVALHO, 2021), fora um dos grandes embates que dividira a orientação dos católicos durante dois séculos. Discussão essa que vive internamente até os dias de hoje. É algo que está presente na contemporaneidade e exige, como outros anseios do passado, uma resposta diante da ocasião levantada (SCHALL, 2020).

Pensando nas problemáticas e vendo o que é essencial para sua continuidade, desde o século XIX, a Igreja Católica, em todo o mundo, e ganhando também sua força “renovada” no Brasil, fizera assim uma verdadeira cruzada não apenas no sentido religioso, apologético, seja contra a fé protestante, o espiritismo, as religiões afro-brasileiras, mas convocando o apostolado social, para repor seu “reinado social de Cristo” (MAINWARING, 2004). Assim, a “questão religiosa” do fim do período do segundo reinado fora força para a Igreja entra na “questão social”. Sinônimo de “questão nacional” (FREYRE, 2004).

A Igreja com o advento da república perdia influência cada vez mais latente seja na educação, no setor moral da família (com a secularização do matrimônio), seja também no ambiente do trabalho com a questão da progressiva proletarização dos trabalhadores. Estes, sem uma forma de organização na defesa de seus direitos, iam para o campo da revolução, vendo que sua situação na ordem estabelecida não era melhorada, nem sequer vista diante das autoridades republicanas (ABREU E LIMA, 2003, p. 55).

Com isso, uma série de “apóstolos”, como Padre Leonel Franca, primeiro reitor da PUC do Rio de Janeiro, Jackson de Figueredo e Alceu Amoroso Lima – conhecido também como Tristão de Ataíde –, líderes máximos do movimento católico desde a década de 1930 e outros tantos doutos na doutrina católica a procuravam promover, fazendo jus a frase de Pio X: “Paz de Cristo no Reino de Cristo” (ZANOTTO, 2013).

Estes intelectuais propuseram uma revitalização no meio intelectual católico brasileiro, fundando um movimento católico, dentre vários outros, que lutam contra os inimigos modernos, sejam o protestantismo, o iluminismo, os ideais liberais e secularistas, e como os movimentos socialistas e comunistas (PAIM, 2020, p. 188). É esse o período da “neocristandade”, conhecido pelo “aprofundamento doutrinário” e “repercussão do pensamento católico na sociedade”, principalmente pelas ações católicas institucionalizadas na época de Pio XI, como “Ação Católica” (MOURA, 1978, pp. 149-151).

São desses anos que se começam os movimentos em prol da atuação social, pois para os católicos guiados pelo Cardeal Leme, fazer o bem para a sociedade brasileira seria a manter em um catolicismo vivo e ainda mais próximo da intelectualidade e cultura (PAIM, 2020, pp. 182-183). Para tal, a Igreja começou a entrar em meios sociais que apenas os comunistas, tão falados, haviam entrado e empenhado esforços. Mas a Igreja chegara atrasada aos trabalhadores, iniciando sua maior atuação nos anos de 1950-1960.

No decorrer das décadas, desde a eleição democrática de Getúlio Vargas em 1950, a Igreja Católica tentara acompanhar os ritmos nacionais em busca do bem comum, principalmente com a instituição, em 1952, da CNBB, o episcopado nacional pudera assim se basear em assuntos regionais, cuidar da unidade dos direcionamentos pastorais e prezar pela fé e atuação política da Igreja no Brasil de modo mais eficaz¹. Desde a neocristandade, período entre 1916-1955, a Igreja Católica modificara circunstancialmente sua visão sobre o reinado de Cristo na sociedade (MAINWARING, 2004, pp. 67-68). Com o início do interregno democrático, a partir de 1945, a Igreja Católica não poderia ficar estagnada diante dessas mudanças políticas promovidas na vida cultural e política do país. Diante da rotatividade do poder e a pluralidade de partidos, comum das democracias, se pôde estabelecer uma nova cultura política, tendo as

¹ Ao criar a CNBB, Dom Hélder Câmara não foi apenas liderança no episcopado nacional, mas fora também importante na criação do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) (MAINWARING, 2004, pp. 66-67)

resoluções mediados por via do diálogo entre os vários setores da sociedade e do reconhecimento das problemáticas internas do Brasil. O aprofundamento nessas questões, de certos setores da Igreja, foi ocasião para o surgimento posterior da “Igreja Popular”, que visava a aproximação com algumas classes sociais e de suas problemáticas somadas ao interesse comum de todos (MAINWARING, 2004, p. 55).

Essa tendência de se prestar ao mundo com maior preocupação no diálogo e nas possibilidades de expandir e renovar a fé por outros métodos estivera presente antes, já no período da neocristandade e de suas “polêmicas apologéticas”, principalmente por autores como Jacques Maritain e Teilhard de Chardin que foram referências para uma fé mais “progressista”. Coisa que já acontecia desde o movimento de contrarreforma, que segundo Quentin Skinner, teóricos dominicanos, sábios no assunto da fé, da moral e da política, abriam após séculos de ligação de Igreja e Sociedade, um espaço de separação devida entre as esferas seculares e religiosas, e que traz reflexão profunda sobre a cristianização e influência da Igreja sobre a sociedade, entre a ideia da democracia “constituente” e o “absolutismo” (SKINNER, 1999, pp. 450-460).²

Porém, a Igreja Católica, funcionando como uma monarquia, tem suas movimentações internas expandidas ou regredidas diante das decisões da Santa Sé, que no século XX fora marcado pelo concílio Vaticano II (MAINWARING, 2004, pp. 62-63). Apesar de inaugurar um método novo diante o diálogo ecumênico, não deixou expressamente de denunciar possíveis extravios, à direita ou esquerda, assim como expressou o Papa João XXIII em sua encíclica *Pacem in Terris* (JOÃO XXIII, 1963). Isso deixou nos movimentos e comunidades católicos de todo o mundo, incluindo o Brasil, uma necessidade de identidade diante das questões de seu tempo e das bandeiras que poderiam abraçar diante da concepção pré-estabelecida da fé.

A partir dessa busca de uma identidade autêntica sobre o papel do cristão nas coisas terrenas, houve católicos que expressamente radicalizaram na luta junto às esquerdas, atuando para a modificação das estruturas e se juntaram com os comunistas, como parte da Ação Católica, que junto a protestantes, impelidos por uma visão mais radical da fé, fundaram sob os ideais marxistas a Ação Popular (RIDENTI, 2002). Estes ficaram conhecidos como reformistas (MAINWARING, 2004, p. 57).

² Vendo o Estado como autoridade instituída como autoridade separada de qualquer origem religiosa, segundo os preceitos liberais da “liberdade humana”, longe das instituições sociais estabelecidas (SKINNER, 1999, pp. 450-451).

Em um meio termo, tivemos o espectro modernizador-conservador, aqueles que entendiam que a Igreja deveria abraçar a novidade do apostolado social, sem avançar a ponto de uma ruptura total com a dependência dos movimentos da Igreja com o clero e reconhecendo que não poderiam ceder a causa social extremamente, desejando ainda o embate aos inimigos da fé católica, como protestantes, comunistas, liberais, etc. (MAINWARING, 2004, p. 57).

Radicalizados à direita, houveram movimentos que juntaram organicamente o “anticomunismo”, expresso no início dos anos de 1960, com a volta da Igreja com a situação da Igreja no período da neocristandade, onde as leis seculares e suas instituições eram submissas aos princípios da religião e razão católicos, rejeitando assim por completo a secularização. Estes eram chamados de integristas (MAINWARING, 2004, p. 57). Desse meio é que nasce a atuação, “apostolado” e doutrina que guiarão a “Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade”, a que chamamos aqui de TFP. Cabe entender também como estas correntes de ideias, principalmente o anticomunismo que estava inserido em grupos, seja da Igreja, como de entidade cívicas públicas, estavam se espalhando e ganhando espaço nos jornais.

4. O ANTICOMUNISMO NO BRASIL E JORNALISMO: *Diário de Pernambuco* e o papel social anticomunista.

O movimento anticomunista, presente no período levantado anteriormente, é um movimento ideológico de forma alguma unificado, mas diverso (SILVA, 2000). Há “anticomunismos” que se “unem” e juntos formam a figura de criação de um “inimigo objetivo”, termo utilizado por Hannah Arendt para designar o conjunto de políticas e ideais que colocaram no ostracismo social o povo judeu e que diante de uma circunstância histórica se transformou no antissemitismo assassino que conhecemos na década de 1930-1940 do século passado (ARENDT, 2012).

Assim, o anticomunismo pode assumir o viés econômico, rejeitando sua proposta de socialização dos bens de forma radical. Outros que aludem que o movimento anticomunista deve assumir um caráter de corrigir as problemáticas sociais e lutar pela justiça social, com o slogan: “acabar com a miséria é acabar com o comunismo”. E outros apontam que o comunismo não se sustenta em uma verdadeira democracia, assim o próprio povo pela informação e pelos embates na democracia, rejeitaria as propostas do partido (SOUSA, GARCIA, & CARVALHO, 2021).

Todos esses pontos têm por finalidade o combate a um inimigo em comum, mas divergem na causa e na solução do problema, seja na economia, um problema de Estado ou religioso (MOTTA, 2000). E no jogo político algumas ideias tomam lugar das outras e assim se constroem em algo mais totalitário, como fora com Vargas após a Intentona Comunista, e assim seria o movimento “anticomunista” dos civis e militares na década de 1960, ambos prezando pela doutrina de Segurança Nacional e com o domínio do aparelho de Estado conduzir as armas contra um inimigo que se confundia assim com outras alternativas que eram também chamadas de “atitudes comunizantes” (SOUSA, 2022). Exemplo disso é o estudo da historiadora Marcília Gama da Silva, que apontou esses pontos na instituição nos atos do Estado de Pernambuco que visavam “investigar”, “censurar” e “reprimir” qualquer movimento, sejam nos movimentos políticos, intelectuais, culturais, que ultrajassem esses valores (SILVA M. G., 2022).

O anticomunismo também requer para existir que haja no “outro lado” uma movimentação de unidade, de movimentação aguda diante de algumas movimentações políticas sociais. Grande parte das pautas em que o presidente João Goulart defendera desde 1963, até o discurso de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Estado da Guanabara, eclodiam em volta do próprio presidente uma união simbólica com líderes de

esquerda, como o próprio Brizola, como Francisco Julião e seu slogan “na lei ou na marra”, sobre a metodologia em que conseguiria a reforma agrária, como também com outros movimentos de esquerda (SCHWARCZ; STARLING, 2018, pp. 442-444), abrindo assim ainda mais a época de radicalização dos extremos opostos.

Assim, o jornalismo anticomunista fora um espaço de resposta contrário às propostas que tinham popularidade entre as esquerdas. Sendo os sindicatos ou para os meios de cultura popular, como o “MEB” (Movimento educacional de Base) ou o “MCP” (Movimento de Cultura Popular) em Pernambuco, fixados como meios de subversão e combatidos por suas técnicas de formação de massas conscientes de suas realidades (COELHO, 2012).

Os jornais não foram isentos desse movimento de ideias. Antes, foram meios importantíssimos para que as ideias anticomunistas pudessem ganhar forma no debate público e assim ganhar a legitimidade pública, onde as instituições que eram em prol desses valores, ganhassem segundo as palavras de Pierre Bourdieu, maior espaço simbólico, pela propagação da “economia linguística”, onde ao mesmo tempo que há o anticomunismo, há o aumento da autoridade destas mesmas associações e movimentos que trabalham na sociedade as moldando em sua mentalidade como um todo (BORDIEAU, 2008).

Entende-se e leva em consideração a análise que a historiadora Tânia Regina de Luca faz sobre a possibilidade de reconstruir a história de uma época levando em conta os jornais, sejam periódicos, diários, mensários, revistas, e todo tipo de meio informativo que ao olhar atento é também um meio formativo, não no sentido pequeno da palavra, pois em grande parte da história jornalística fora escrita por intelectuais e estes colocavam junto a forma de noticiar o lado político e cultural, escrevendo para dar de fato uma formação sobre um assunto (LUCA, 2008, pp. 123-126).

Os periódicos ganham um caráter cultural e político, como também são auxiliares de uma formação do imaginário sobre os fatos, que de simples atos humanos se tornam atos heroicos ou atos repugnantes para o público que os lê, colocando a cidadania em ordem de mudança. A informação assim passa não apenas a ser uma notícia no cotidiano das pessoas, mas tem um lugar de interesse sincero por aquele que fala um discurso ou notifica um fato que tem relação com os pontos que foram valorizados do anticomunismo, e também recebe a atenção daqueles que verdadeiramente estão comprometidos com aqueles valores (SILVA, 2000). E essa realidade fora determinante para se dizer que de fato houve uma relação muito forte entre mídia e o golpe militar

(DANTAS, 2014), como sua instituição e sua manutenção ao longo dos tempos (FERNANDES; CORREIA, 2014).

O *Diario de Pernambuco*, era integrante do grupo de associados “*Diários Associados*”. Conglomerado de veículos de informações que tinha a disposição vários meios de informação, sejam rádio, revistas, jornais, todos coordenados pela grande personalidade de Assis Chateaubriand, publicava nas páginas pernambucanas os acontecimentos nacionais (SILVA, 2000). Esse grupo fora muito importante para a expansão do anticomunismo no Brasil, seja na sua primeira onda, no Estado Novo, como no pré-golpe militar de 1964, onde a ideia defendida pelo deputado, e também um dos diretores dos “*Diários Associados*”, Pedro Calmon, seria a de “*União Sagrada*”, uma “frente única anticomunista”, e esta seria também feita pelos jornais (LIMA, 2001).

A TFP entra nesse contexto de difusão da luta anticomunista. Entra como uma organização com estatutos e uma causa própria, mas que quando surgiu obteve a divulgação de suas obras, principalmente pela unidade do teor religioso e das realidades sociais, colocando-as não em separação, mas aludiu às “consciências” de que a luta contrarrevolucionária era dever de um cristão e expandir essa luta nos jornais foi o efeito natural da luta por essa bandeira que estava posta para ser levada adiante.

5. TFP: Surgimento, Pilares Simbólicos e sua Luta Política.

A “Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade”, fora fundada no dia 26 de julho de 1960 (ZANOTTO, 2010). Foi uma sociedade sem fins lucrativos, financiada por dinheiro de parceiros da causa anticomunista, que tinha por princípios o “esclarecimento da opinião pública” como a atuação assistencial na medida de ajudar politicamente e materialmente as melhores decisões em prol do bem comum (MOTTA, 2000).

Nos anos em que ela esteve ativa, de 1960 até 1995, ano da morte de Plínio Corrêa de Oliveira, promoveu uma grande profusão de ideias antirrevolucionárias, em especial, anticomunistas. Antirrevolucionárias pois a instituição não nasceu apenas para a crítica e a destruição do “inimigo vermelho” em específico, mas também de todos os seus “precursores” e a instauração por excelência daquilo que seria o maior bem social que a civilização tinha rejeitado e que poderia abraçar novamente: a filiação desta à Igreja Católica e aos seus princípios (MOTTA, 2000).

Cabe ressaltar é que esta organização foi a única entre as organizações que se tornara permanente depois do golpe de 1964. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que estudou os movimentos anticomunistas e suas especificidades, definiu a TFP como um grupo diferenciado entre as outras organizações, sejam essas seculares, como a do complexo “IPES-IBAD”, e outras organizações católicas, principalmente as “Marchas com Deus” que uniu milhares e pessoas nos maiores centros urbanos, localizados no sudeste, no ano de 1964 (MOTTA, 2000, p. 304).

A excepcionalidade do movimento diante dos outros, que se dissolveram rapidamente após a instauração do golpe civil-militar, se deve a três fatores que não podem passar despercebidos: a pessoa de Plínio Corrêa de Oliveira; os jornais *Legionário* e *Catolicismo*; e a Magnum Opus do principal fundador da TFP: *Revolução e Contrarrevolução* (1959). Estes foram os três pilares que fundamentaram o tipo de anticomunismo que a TFP levou atuante aos quatro cantos do Brasil e se expandindo em mais de 26 países, atuante em todos os cinco continentes (MATTEI, 1997, p. 111), lutando assim não por uma questão política pontual, mas pelo crescimento de uma cultura de princípios elaborados por Plínio Correa de Oliveira.

O fundador e pensador da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira fora destaque nos anos de 1930 e 1940 na atuação dos leigos católicos na Ação Católica, sendo um dos grandes colaboradores na Arquidiocese de São Paulo, sendo atuante, ainda estudante de

da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da Ação Universitária Católica, sendo um dos primeiros polos da Ação Católica especializada no Brasil (SOUZA, 1984). Combatendo em um dos centros de expansão e formulação da escola positivista no Brasil, não demorou muito tempo para que Plínio Correa de Oliveira começasse a ganhar destaque público, seja na Igreja, na cidade de São Paulo e pelo Brasil, principalmente com a Liga Eleitoral Católica. Esta liga, que tinha como objetivo direcionar os católicos a votarem em políticos católicos, fizera com que Plínio fosse um dos deputados mais jovens e mais votados nas eleições de 1933 na cidade de São Paulo (MATTEI, 1997).

Seu trabalho e destaques que obteve na política foram em decorrência de sua atuação intelectual no seio do catolicismo em seu auge da neocristandade. Em 1929 começou a seu um dos jornalistas que compunha a equipe do jornal *Legionário*³ e em 1933 já era um dos diretores deste jornal, que no mesmo ano, o jornal se tornava órgão oficial de informações e formação doutrinária para os católicos da Arquidiocese de São Paulo (MATTEI, 1997).

A sua trajetória, junto a outros membros escritores do jornal e com a ajuda de padres, o apostolado ganhou proporções maiores. Nisso, Plínio de Oliveira tomou a coragem de publicar a obra *Em Defesa da Ação Católica*, publicada em 1944, que ficara marcada por uma divisão interna da Ação Católica e sua orientação pastoral diante o apostolado social entre as classes que a Igreja sentia dificuldades de alcançar⁴, defendendo em princípios que a Igreja não poderia de maneira alguma abrir-se ao secularismo, nem agir como uma instituição secularizada e nem se deixar com os ideais progressistas que na visão de Plínio Corrêa de Oliveira, era a perda da identidade da Igreja.

Na continuidade histórica, uma parte da direção interna da Ação Católica decidiu aderir a tese da construção de uma nova cristandade a partir da orientação contida na obra *Humanismo Integral*, de Jacques Maritain, e outra parte continuou com a visão de que a Igreja se fazia necessária de levar a fé em toda a sociedade, não separando a fé do espaço público. Plínio fora o pleno defensor dessa visão de fé, causando no catolicismo brasileiro a divergência que fora marcada entre a “esquerda” e a “direita” católica (MOURA, 1978, p. 195).

³ Nome em referência as legiões romanas, prontas para a luta (SILVA F. F., 2009).

⁴ estudantes universitários de variadas ideologias, os trabalhadores das indústrias e no caso da América Latina, os camponeses (Schall, 2020), que padeciam de representatividade, de melhoria de vida e viam incoerência dos setores católicos com a questão de maior vivacidade e cuidado na caridade

Já fora das linhas de um apostolado ligado diretamente a hierarquia eclesiástica pelas polêmicas com a Ação Católica, já que todos os leigos que eram dessa organização, deveriam obedecer diretamente ao episcopado, Plínio continuou seus trabalhos posteriormente e, junto a seus antigos companheiros de jornalismo católico, resolvera criar um novo e próprio jornal: *Catolicismo*. Independente, fazia um jornal cívico, com o adorno do catolicismo em suas páginas.

Fundado em 1951, o jornal *Catolicismo* surgira com o desejo de levar a frente aquilo que os “cruzados” tinham por objetivo final: recristianizar o Brasil, suas instituições políticas e culturais, indo de encontro com as orientações oficiais da Igreja, de maioria de formação modernizadora-conservadora, que defendia uma abordagem de evangelização social diferente, se abrindo de algum modo ao ambiente secular (MAINWARING, 2004, p. 65). Esse mensário tinha por objetivo de analisar os fatos, tecer críticas, instigar a modificação da situação das coisas pelo conhecido método “Ver, Julgar e Agir”, do Padre Joseph Cardijn (ZANOTTO, 2016).

Os temas principais seriam o tratamento com a política, os costumes, a história, considerações sobre a hierarquia social e principalmente sobre a Igreja, luz dos povos para Plínio Corrêa de Oliveira. O periódico assim se tornava um meio educacional, formativo, e se tornava uma espécie de “alistamento” em prol da causa religiosa, cultural e política. E não se pode duvidar que as ideias de Plínio Corrêa de Oliveira ganharam tanta credibilidade, não apenas entre os católicos, mas em todos os setores civis, incluindo a política, a intelectualidade, a ocupação de destaque em jornais por todo o Brasil, principalmente pelos movimentos anticomunistas (MOTTA, 2000, pp. 192-193).

Em decorrência dessa luta que os “cruzados do século XX” se viam, Plínio elaborou e expandiu sua principal tese, que sintetizava o motivo de toda a sua luta política e da Igreja ao longo dos tempos. Assim escrevia em 1959 a obra *Revolução e Contrarrevolução*, que seria conhecida como bíblia da TFP (SILVA F. F., 2009, p. 99).

Plínio Corrêa de Oliveira, inspirado pelos ideais de Joseph de Maistre, escreveria que a revolução seria tratada como uma constante na história ocidental, onde desde o advento da Reforma Protestante e do Renascimento, passando pelo iluminismo, maçonaria, o “espírito internacional judeu” e o liberalismo, o mundo chegara até o inimigo mais revolucionário: o Comunismo. E para combater esse espírito humano em declínio, Plínio defendia que só a contrarrevolução autêntica, a católica, poderia salvar assim a civilização dos males que ela mesmo causa por sua revolta contra Deus e sua Santa Igreja, que seria a força por excelência, pela graça de Deus, para combater o espírito

revolucionário⁵ (OLIVEIRA, 1998, pp. 43-47). Assim era o ponto de existência do anticomunismo católico, reavivado na grande segunda onda anticomunista existente nos anos de 1960 (MOTTA, 2000, p. 294).

O anticomunismo católico unia assim duas tendências, que além do fator social, estava o religioso. E o comunismo e seu projeto de remodelação nacional, principalmente pela divulgação ideológica em Jornais e Comícios nacionais, que o PCB fizera ao longo das décadas de 1940 e 1950, e principalmente entre os anos de 1958-1964, período de extrema radicalização (REIS FILHO, 2002). E para tal intento, o PCB e até mesmo grupos dissidentes desse grande partido, fizera também alianças com os católicos de esquerda, coisa que para os grupos integristas era inadmissível, colocando esses grupos de católicos, fossem simples leigos ou ordenados da hierarquia eclesiástica, como “idiotas úteis” (OLIVEIRA, 1976). Assim, a TFP foram uma das forças extremas, à direita, que pegando os aspectos católicos, fizera o que o sociólogo T. S. Eliot fala sobre “força de colisão”, onde a esfera individual, a dos grupos e da sociedade se mobilizam para entrar em um acordo que move ao interesse futuro de todos (ELIOT, 2011, pp. 26-27). E nessa situação veio a existir a TFP.

Com atuações cívicas, como as abaixo-assinaturas, realização de palestras, rezas públicas, como também a divulgação de obras católicas, este movimento cresceu tanto, diante desse papel de destaque nos meios intelectuais mais conservadores sejam católicos e seculares, que era imprescindível criar um movimento, sob o trinômio da Tradição, Família e Propriedade, que era segundo o próprio Plínio, os três pilares institucionais para a civilização cristã e por isso mesmo estas deveriam ser preservadas de acordo com o ideal de integridade, buscando reger a propriedade de acordo com as relações familiares, e a família sendo mantida pela tradição que evoca aos seus membros uma ideia de dever contínuo com o papel social de cristão e brasileiro (SILVA F. F., 2009).

A partir disso, sendo bem designada no seu papel de grupo, com estatutos internos, a TFP conseguiu atrair os olhares de admiração pela sua luta contrarrevolucionária. E quando vieram as primeiras pautas reformistas, a TFP foi um

⁵ Esse radicalismo em relação a ligação com a Igreja é uma marca que Plínio Corrêa traz consigo. Exemplo disso é suas críticas ao integralismo, em seu artigo “E por que não o catolicismo?”, que segundo o pensador não deixava claro o seu tipo de “cristianismo”, exortando assim a organização a fazer um trabalho junto ao clero, e nunca fora do redil da Igreja, pois para ele “A civilização ocidental é filha da Igreja e só na Igreja, com a Igreja e pela Igreja se há de se salvar” (Legionário, Nº 189, 19 de janeiro de 1936).

dos destaques para a discussão e a formação de uma posição antirreformista. Aparecendo assim nas páginas do *Diario de Pernambuco*.

6. PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA TFP NO *DIARIO*: a TFP atuante nos tempos do pré-golpe (1960-1964).

Nas páginas do *Diario de Pernambuco*, o grupo *Tradição, Propriedade e Família* aparece juntamente com a discussão intelectual que se evoca a nível nacional sobre a Reforma Agrária e seu método de efetivação a nível nacional e seus desdobramentos regionais. Na época, a questão era debatida pela câmara dos deputados federais. Em São Paulo fora levantada pelo Governador Carvalho Pinto. Levantada fora também do cenário estatal, esta mesma reivindicação se levantava em meio às ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião.

Joaquim Bento Ribeiro Dantas, correspondente do grande conglomerado dos *Diários Associados*, ao descrever esse contexto a partir do Rio de Janeiro, se notabiliza a contar sobre uma obra intelectual, do ex-deputado federal e professor catedrático da Universidade Católica de São Paulo, Dr. Plínio Côrrea de Oliveira: *Reforma Agrária – Questão de Consciência*, escrita juntamente com a orientação espiritual e doutrinal dos bispos Dom Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos e Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho, e o conhecimento técnico do economista Luiz Mendonça de Freitas⁶.

A tese central do livro em questão era de trazer um estudo profundo da realidade agrária brasileira e defender sua progressiva melhoria, principalmente na condição de melhoria e vida dos trabalhadores e sua melhor permanência na terra. Porém, defendem a não reforma radical das terras, com o argumento principal de que a agricultura brasileira cumpre com sua função e sua melhoria deve ser dada pelo Estado, propriedade privada, guiadas pelos princípios da Doutrina Social, onde vê a hierarquia comunitária de forma complementar, com os princípios de Subsidiariedade e Solidariedade.

A ênfase dada pelo jornalista ao reconhecimento dos grandes veículos de mídia e associações civis paulistas que estavam elogiando a obra, desde o Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclaps), a TV Tupi e entre outros veículos de notícias reafirma que é uma obra digna de respeito e de credibilidade algo a se pensar diante dos movimentos mais progressistas, liderados seja pelo Governador de São Paulo, Carvalho Pinto, e do Francisco Julião e as ligas camponesas, que foram citados na coluna de opinião como líderes prol reformistas.

⁶ 1 de dezembro de 1960, página 4, primeiro caderno

Esse mesmo ato de apreciação de uma cautela diante das reformas ocorre em relação a dois outros jornalistas. Murillo Maranhão Galliez e Armando de Alcantara, definem a obra, respectivamente, como “obra esclarecedora” e importante a nível de “consciência”, e sendo uma “contribuição inestimável”, elogiando sobre a presença do “espiritual” sobre o “material”, onde a tradição religiosa e moral católica se faz basilar da sociedade⁷.

A mesma divulgação editorial aos ideais tefepistas ocorre em 15 de novembro de 1961⁸, onde Paulo Côrrea de Brito Filho em “Reforma Agrária e Socialismo”, defende a posição do antirreformismo de Plínio de Oliveira citando Santo Tomás de Aquino e a sua Summa Teológica como autoridade sobre o assunto, defendendo que qualquer alternativa dada nesse período sobre as reformas de base, seriam contra os mandamentos de Deus. Elogiando a obra nos seguintes termos:

Congratulamo-nos, pois, com os autores insignes dessa profunda e oportuna obra – tão precisa ao focalizar a essa grave questão de consciência sendo justo salientar aqui a enorme repercussão por ela alcançada, não apenas em ambientes rurais, mas também nos mais variados setores da opinião nacional. Já se consagrou, certamente, como uma das mais valiosas contribuições para o aperfeiçoamento da estrutura e da produção agrícola do país.

Outra exposição sobre os líderes da TFP ocorre em 19 de maio de 1963⁹, onde é anunciado o trabalho da cúria metropolitana de Diamantina¹⁰, governada por um dos organizadores da TFP, ter distribuído uma carta aos fiéis advertindo-os sobre as “reformas de base” que eram as principais propostas da presidência do governo de João Goulart, incluindo a principal: A Reforma Agrária. Questão em que o próprio editorial do *Catolicismo*, publicou uma carta endereçada ao presidente João Goulart, em 1962, pedindo-o que desistisse desta empreitada, pois traria danos irreparáveis à nação mediante a mancha da consciência por ser realizada de modo a romper com a verdadeira justiça¹¹.

Em 10 de janeiro de 1964, poucos meses antes do golpe civil-militar¹², a TFP aparece na notícia de capa que destaca: “Ruralistas Gaúchos denunciam às tentativas de

⁷ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 4/12/1960, pág. 4, primeiro caderno.

⁸ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 15/11/1961, pág. 4, primeiro caderno.

⁹ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 19/05/1963, pág. 8, primeiro caderno.

¹⁰ Governada por um dos fundadores da TFP, Dom Geraldo de Proença Sigaud.

¹¹ *Catolicismo*, N° 139, julho de 1962, págs. 1-2

¹² O termo *golpe civil-militar* serve para designar uma visão historiográfica que é discordante da visão de que apenas os setores militares como causa direta ou como únicos agentes do golpe ocorrido em 31 de março de 1964, mesmo que no decorrer dos anos as forças armadas tomassem controle direto e perene das forças do Estado (NAPOLITANO, 2014, p. 6)

bolchevizar país”¹³. A “Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade” aparece com nome completo, pela primeira vez no *Diario de Pernambuco*, e é destacada pelas palavras do Arcebispo de Porto Alegre, José D’Angelo Neto, em destaque a obra “Reforma Agrária – Questão de consciência”, que seria uma obra esclarecedora diante das reformas levantadas pelo SUPRA (Superintendência de Política Agrária), promulgada na Lei Delegada N°11, de 11 de outubro de 1962¹⁴ (BRASIL, 1962).

Tendo o conteúdo continuidade da notícia na segunda página do segundo caderno, a obra se levanta como um material que merece ser divulgado entre os grupos rurais para que estes se movimentem contra qualquer política de expropriação ou mudança radical do campo, e movam assim o congresso e a câmara dos deputados contra não apenas às leis, mas aos próprios movimentos à esquerda que nos anos anteriores vinham movimentando-se fortemente em prol das reformas de base que o governo de João Goulart estava pronto para colocar a diante (SCHWARCZ; STARLING, 2018, pp. 442-444).

Decorrente desses primeiros passos, a TFP cresce nos elogios e também cresce na sua atuação, a nível nacional, chega também a sua atuação física em Pernambuco, expandindo seu apostolado nas regiões do Brasil. O apostolado que antes se realizava apenas por correspondência, é realizado regionalmente, tendo a TFP feito visitas na redação do *Diario de Pernambuco*.

¹³ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 10/1/1964, capa.

¹⁴ Que tinham como finalidade a organização da questão rural e de reforma agrária a nível nacional, visando desapropriar terras próximas de rodovias, ferrovias e outros lugares perto de domínio público como também criando políticas suplementares, como a colonização, vinda de várias discussões e reivindicações anteriores, desde a década de 1950 (ANDRADE, 1963).

7. TFP ATIVA A NÍVEL NACIONAL: fundação das seções regionais e expectativas jornalísticas em Pernambuco (1964-1968).

Após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, a TFP, que já ganhava as páginas do *Diario de Pernambuco* por correspondência, agora é notícia não mais a partir de terceiros, pois agora a redação do jornal é visitada por membros sócios e simpatizantes. É nessa época que se tem o crescimento da sociedade a nível nacional e estudantes que são correspondentes da própria sociedade, agora dão a conhecer os próximos passos da organização e divulgam a militância, seja intelectual ou de encontros em grande escala, tendo como objetivo de esclarecer a opinião pública diante dos erros da ideologia revolucionária. As notícias demonstram esse processo de crescimento gradual de influência.

A notícia de 1 de novembro de 1964 expõe esse avanço da TFP:

Estiveram, na noite de ontem, em nossa redação dois universitários da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo. Os estudantes José Lúcio de Araújo Corrêa e Francisco Muratoni Neto, que militam na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, muito difundidas nas capitais do sul do país, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O presidente dessa sociedade é o Professor Plínio Corrêa de Oliveira, conhecido líder e escritor católico.¹⁵

Na oportunidade narrada, os estudantes anunciaram a nova obra da TFP que estava sendo lançada no vigente mês: *Declaração de Morro Alto* (1964), escrita pelos mesmos autores de *Reforma Agrária – Questão de Consciência*, com o apoio de onze especialistas. Esta declaração fora publicada pelo jornal *Catolicismo*¹⁶, e a TFP tinha o papel de divulgar e distribuir impresso, disponibilizados muitas vezes a venda, para que grupos rurais de todo o país pudessem ao ler o conteúdo promover as mudanças em suas propriedades e exigir, naquilo que tinham dificuldades, por parte das cooperativas e do próprio Estado a aplicação das ações positivas publicadas na obra.

A obra, segundo notifica os estudantes, teve apoio da FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo) e divulgação também na IV Exposição de Animais e Produtos Derivados, congresso nacional que tinha por interesse os proprietários, fazendeiros e criadores de animais de todo o Brasil. Fazendo valer que “a

¹⁵ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 1/11/1964, pág.8, segundo caderno.

¹⁶ *Catolicismo*, Nº 167, novembro de 1964, págs. 1-5.

solução de nossos problemas agrários está a nosso alcance, e não precisa ser procurado na aventura de uma reforma agrária socialista e confiscatória”¹⁷.

Ainda vinculada aos estudantes, nos aparece em 1965 um dos primeiros indícios da instauração da TFP em Pernambuco. O jovem, Paulo Teixeira Campos, estudante da faculdade de direito de Minas Gerais, anunciou ao *Diario de Pernambuco* que havia a possibilidade de criar um núcleo da Sociedade em Pernambuco¹⁸.

Ele mesmo, que havia se mudado a pouco tempo para Pernambuco e havia transferido o curso para a Faculdade de Direito da UR¹⁹, fixando morada para ajudar na composição da sociedade, que segundo ele, a organização existe “há mais de 10 anos, sendo que anteriormente atuava sem organização”.

Este mesmo Paulo Campos, que fora eleito, à posteriori, presidente da secção da TFP em Pernambuco, teve um histórico de atuação e aparecimento de seus atos no *Catolicismo*, sendo um dos congregados marianos que em 1964, junto a outros jovens universitários e congregados, foram observar, visando a denúncia, o congresso da Central Única de Trabalhadores da América Latina (CUTAL), que aconteceria em janeiro daquele ano, em Belo Horizonte²⁰, que tinha por finalidade mobilizar nacionalmente os trabalhadores para as reformas de base, juntamente com outros setores das esquerdas, inclusive a Ação Católica e outros grupos católicos mais progressistas.

O evento não ocorrera devido as agitações, juntamente com os setores anticomunistas da Igreja, da sociedade civil e da grande figura do governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que juntos recolheram 30.000 assinaturas em Minas, que seriam entregues ao presidente João Goulart, afirmando que as ideias reformistas não seriam bem-vindas, pelo teor “brizolo-comunista”.

O fato ocorrido retoma a cena do *Diario de Pernambuco*, com um teor de heroísmo no ano de 1966²¹. Heroísmo para a TFP, pois esta seria um dos agentes mais importantes em prol da “Revolução de 1964”, seja na sua técnica e na persuasão para que as assinaturas fossem recolhidas em menor tempo, como também se articulasse as ideias para que as reformas esfriassem diante do poder executivo e o esclarecimento através de seu “apostolado político”. A TFP é noticiada como uma instituição cívica que não age apenas na sociedade, combatendo o comunismo em toda a vida social, mas age

¹⁷ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 1/11/1964, pág.8, segundo caderno.

¹⁸ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 25/4/1965, pág.10, primeiro caderno.

¹⁹ Posteriormente seria a faculdade de Direito do Recife, vinculada hoje a UFPE.

²⁰ *Catolicismo*, Nº 159, março de 1964, págs. 4-5.

²¹ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 16/1/1966, pág.4, segundo caderno.

combatendo-o também na Igreja, sendo também colocada a coleta de assinatura para que a Ação Católica em BH pudesse explicar qual o motivo para que apoiasse as reformas de base, principalmente promovendo em meios católicos ideias subversivas.

A TFP é noticiada sob o título de “*Entidade Paulista luta pela Tradição, Família e Propriedade*”, a possibilidade maior, por intermédio de Paulo Teixeira Campos, que a apresenta como:

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma entidade cívica de âmbito nacional que tem por fim preservar os três valores básicos de nossa civilização – disse ontem ao Diário o sr. Paulo Teixeira Campos, do setor universitário da Sociedade²².

Cuidou também de apresentar seus símbolos, suas lutas históricas e como vem cumprindo seus estatutos, atuando para o processo de esclarecimento da opinião nacional, dos partidos políticos e dos poderes públicos, combatendo os princípios socialistas e comunistas que visam atacar a tradição brasileira e dos institutos da família e da propriedade privada.

Essa notícia era um repasse ao grande público aquilo que nos setores internos, dirigidos por Plínio Corrêa de Oliveira e outros companheiros de luta mais antigos, tinham promovido com os “novos estatutos”, onde o conselho nacional da Sociedade, sediado em São Paulo, dava a autoridade para que existisse oficialmente seções da TFP em 10 localidades, incluindo o diretório seccional de Pernambuco: “Srs. Paulo Teixeira Campos, Presidente; Acúrcio Batista Torres, Vice-Presidente; Newton Rosa Cabral, Secretário; Carmanoelito de Brito, Tesoureiro”²³. Tendo a seção o trabalho de divulgar e agir em prol da Sociedade em terras Pernambucanas, tendo o papel religioso, intelectual, jornalístico, e posteriormente o papel de caravanas que tiveram também o papel assistencialista e político.

Outra grande campanha da TFP que ganhou larga atuação de seus membros e ganhou destaque no *Diário de Pernambuco* fora sua campanha contra a reforma do Código Civil, este, em abertura do divórcio no Brasil. Os jovens universitários, atuantes da TFP, foram os grandes colaboradores para que a campanha de coleta de assinatura de assinaturas e a divulgação de materiais que esclarecessem a população brasileira do que

²² Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 16/1/1966, pág. 4, segundo caderno.

²³ Catolicismo, Nº 189, setembro de 1966, págs. 6-7

estava ocorrendo. Em Pernambuco, o *Diario de Pernambuco* noticiou que estes fizeram grande campanha no Recife²⁴.

Esta campanha moveu também famosos, a exemplo de Pelé²⁵, que carregaram junto com a TFP a palavra contra o divórcio. Esta também realizou, durante os meses de junho e julho, durante 6 encontros, abordando 6 temas, dos erros e perigos do divórcio para a família e para a dignidade humana de todos os indivíduos²⁶. O *Catolicismo* cumpria o papel formativo, levando a autoridade de prelados, sacerdotes, e tantos outros civis de opinião antidivorcista²⁷, que muitas vezes era a transcrição de trechos desses eventos públicos feitos pelo conselho Nacional “tefepista”, que chegavam a todos as seções nacionais e internacionais pelo jornal da própria TFP.

Deste modo, conteúdo desses movimentos e conferências ocorridos longe de Pernambuco, chegavam a conhecimento do público pernambucano pela divulgação da TFP feita pelo *Diario de Pernambuco* e os interessados iam aos núcleos de atuação da TFP, adquiriam o conteúdo pelo jornal *Catolicismo*, como também pelas conversas com os jovens que ali estavam atuantes e de outros materiais disponíveis. Os resultados disso foram que no mês de junho já se tinham no Recife a assinatura de 6.200, pessoas²⁸.

A TFP pernambucana divulga nesse mesmo período Missas em prol “das almas vítimas do comunismo”²⁹, como faz convite a políticos e a toda a sociedade, para que se comovam diante do perigo das ideias marxistas, que segundo a Sociedade, ainda estava presente.

E os mais notáveis feitos noticiados foram, sob a liderança de Paulo Teixeira Campos, a realização no Recife da I Semana de Formação Anticomunista para Estudantes no Nordeste, evento ocorrido nos dias 9 a 14 de abril do ano de 1968³⁰, com temáticas onde se falavam da relação necessária de se formar jovens anticomunistas, munidos na luta, e sabidos das táticas inimigas que para a TFP não apenas atingia a política e a economia, mas diretamente a cultura e a religião.

Este tipo de atuação também esteve nas próprias universidades, como publicado em 19 de maio de 1968³¹. Os estudantes apresentam a TFP em 10 pontos

²⁴ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 5/6/1966, pág. 10, primeiro caderno

²⁵ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco* 26/6/1966, pág. 9, segundo caderno.

²⁶ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 26/6/1966, pág. 9 segundo caderno; Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 1/7/1966, pág. 3, segundo caderno

²⁷ *Catolicismo*, Nº 187, julho de 1966 págs. 1-7

²⁸ *Catolicismo*, Nº 187, julho de 1966 pág. 2

²⁹ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 2/11/1966, pág. 6, primeiro caderno.

³⁰ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 19/04/1968, pág. 6, primeiro caderno.

³¹ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 19/4/1968, pág. 10, primeiro caderno.

destacando o seu combate ao “comuno-janguismo”, suas atuações de enfrentamento a doutrina do “demo-cristianismo esquerdista”, e seus programas positivos em prol da tradição, da família, divulgando os perigos do divórcio, em prol da propriedade e da liberdade de imprensa e da atividade intelectual, sem os perigos do comunismo. Envolvendo a publicação, um convite é feito:

“Ao nos dirigirmos aos nossos colegas desta Faculdade, vimos pedir-lhes o apoio para evitar as contínuas desordens que o comuno-progressismo procura lançar nos meios universitários deste Estado, bem como reafirmar a ardente fidelidade da mocidade brasileira aos valores expressos em seu lema: a Tradição, a Família e a Propriedade.”³²

Concomitante a estas notícias de cada vez maior envergadura promocional da TFP em Pernambuco, ocorrem os fatos que evidenciam o conflito entre a TFP e o episcopado nacional. Em específico, os embates com Dom Helder e suas atitudes “esquerdistas”, contra a TFP, que para ela, o prelado da Arquidiocese de Olinda e Recife.

³² Ibid. pág. 10, primeiro caderno.

8. A TFP E O CLERO: embates com a CNBB, Dom Hélder Câmara e o Padre Joseph Comblin (1966-1968).

Juntamente aos avanços e o processo de atuação mais regular, crescente e chamativo da TFP em Pernambuco e sua presença no *Diario de Pernambuco*, um fator o impedia de ser autoridade máxima nas suas lutas pela sociedade e pela própria Igreja: seus embates com o clero, a nível nacional e regional. Foi um golpe que a partir desse momento criou uma ruptura de unidade entre a TFP e os órgãos de representação oficial da Igreja Católica.

Por parte da TFP houve, marcadamente, os embates com Dom Helder Câmara, Arcebispo da diocese de Olinda e Recife, Padre Joseph Comblin, um dos responsáveis pelo Instituto de Teologia do Recife, como também contra os movimentos considerados à esquerda católica, como alguns centros da Ação Católica e outros grupos internos da Igreja³³, e que ganharam suas críticas da TFP em relação ao grande abaixo-assinado no ano de 1968, que fora o momento decisivo de embates contra o episcopado nacional e regional, levando o *Diario de Pernambuco* a levantar notícias em que o grupo aparecia como grupo de extremistas, reproduzindo as críticas feitas pelo episcopado mais progressista e mais moderado em relação a atuação da Igreja perante a sociedade.

O Instituto foi um dos pontos de discussão e divulgação da nova linha doutrinal, a Teologia da Libertação, que estava nascendo a pouco tempo pelos escritos de Gustavo Gutiérrez, onde firmava o cristianismo como opção radical em prol dos pobres, mudando a Igreja e a Sociedade para cumprir esta finalidade (SCHALL, 2020, p. 43). O instituto tivera como professores, além do próprio Padre Joseph Comblin, Eduardo Hoonart, Ernane Pinheiro, René Guerre e outros importantes na difusão dessa nova visão da fé, que participaram também da Conferência de Medellín (Montenegro, 2019, pp. 144-145). E isto não poderia ser aceito pela TFP e segundo a mesma, nenhum católico, por questão de consciência, poderia se calar diante da situação.

Estes embates entre o clero progressista e seu desenvolvimento e a TFP possuem uma data inicial. A primeira polêmica envolvendo a TFP e a CNBB e a Dom

³³ Parte desses grupos se radicalizaram e formaram a Ação Popular (Catolicismo, Nº 183, março de 1966, págs. 4-5), e segundo o mesmo Plínio Corrêa de Oliveira, o silêncio da CNBB e a atuação de alguns Bispos, incluindo Dom Helder, permitiram que esses grupos forjassem alianças com os comunistas e fizessem com que as obras da Igreja ao invés de evangelizarem, estivessem ao serviço da ordem revolucionária (OLIVEIRA, 1976, pp. 75-79).

Helder Câmara, fora em julho de 1966³⁴. No dia dezessete, a CNBB expediu três comunicados em uma mesma carta sobre assuntos vigentes naquele período, uma sobre a reforma do Código Civil, outra sobre a TFP e sua atuação e uma terceira sobre o Movimento Educacional de Base (MEB).

A TFP nesse comunicado se viu atacada a nível nacional, diante da ampla divulgação dos jornais em todo o país, e ainda, segundo o próprio conselho nacional da TFP, os outros dois temas foram tratados de forma branda, sendo a reforma do Código Civil falada de modo brando e a MEB sendo defendida diante das acusações de ser uma instituição “comunizante”, deixando as denúncias feitas pela TFP e outras entidades em descrédito.

A “Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade” é julgada por um órgão oficioso da Igreja Católica, como uma entidade cada vez mais perturbadora diante da ordem interna na Igreja, acusada de causar fissões no meio católico e promovendo a desobediência diante da autoridade e decisões da própria CNBB diante dos acontecimentos nacionais e suas ações para mudar tais ações.

A TFP se pronuncia contra estas acusações e diz que sua campanha contra o divórcio fora bem aceita nos meios intelectuais, eclesiásticos e políticos, ganhando notoriedade real diante da população brasileira pelo número de assinaturas onde se requeria o fim de tal reforma. É assim que a TFP vai indo para uma espécie de “clandestinidade” dentro da Igreja Católica pois não é bem recebida na conferência comum dos bispos. Mesmo com o crescimento no número de divulgação de suas obras, de suas ações e com os elogios de civis, militares e religiosos, a sociedade ganha um status de cismática.

Plínio Corrêa de Oliveira se pronunciou em defesa de si e da TFP, aludindo sempre agir com “amor, reverência e obediência filiais”, com os “Cardeais, Arcebispos e Bispos da Santa Igreja”. Isso não fora capaz de atenuar os conflitos insurgentes posteriormente e esta má fama acarretará consequências para o desenvolvimento de suas atuações no Nordeste, em especial Pernambuco, e em certos meios mais “radicalizados”, ligados ao progressismo católico.

Em 1968 é o ano de aparecimento frequente dos embates, expulsão e violência contra os militantes da TFP em vários locais, como Goiania³⁵, João Pessoa³⁶,

³⁴ Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 26/7/1966, págs.4-5, segundo caderno.

³⁵ Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 17/8/1968, pág. 11, primeiro caderno.

³⁶ Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 13/9/1968, pág. 7, primeiro caderno.

Campina Grande³⁷, Fortaleza³⁸ e Caruaru³⁹. Todos esses atos foram em represália aos constantes ataques aos movimentos de esquerda, a “esquerda católica”, ao clero, em especial ao Padre Joseph Comblin⁴⁰, e ao abaixo assinado feito para que se levasse ao Papa Paulo VI as denúncias de que havia infiltração comunista dentro dos movimentos católicos, que crescia com a parceria do episcopado. Referência sutil a Dom Helder Câmara como dito por populares quando a TFP enviou militantes em Campina Grande, na Paraíba, sendo estes expulsos aos gritos de “americanos” e “jesuítas”⁴¹, sendo assim, a instituição colocada a serviço do imperialismo de direita.

Deputados também tomaram partidos em relação a essa disputa que se tornou clara, entre Dom Helder e TFP⁴². Em uma sessão da Câmara, o deputado Andrade Lima acusando a campanha da TFP, fizera com que os deputados Egídio Ferreira Lima e Olímpio Mendonça brigassem, respectivamente, pro e contra ao trabalho e denúncias que Dom Helder fazia em relação as condições materiais do povo, seja no trabalho, moradia e alimentação.

É nítido assim que a disputa não apenas acontecia em uma esfera regional, do Nordeste, da Igreja Católica, mas ganhou proporções nacionais, onde no estudo feito pelo historiador Márcio Moraes, uma das principais entidades que foram contrárias a militância de Dom Helder e tudo o que ele representava foi a TFP, acusando o prelado de estar a favor do avanço do comunismo, principalmente na questão envolvendo o Padre Joseph Comblin (Moraes, 2021), que segundo o Próprio Comblin, a militância da TFP foi um dos propulsores para o fechamento do Instituto Teológico do Recife e da maior divergência entre a ditadura e o episcopado progressista (Montenegro, 2019, pp. 146-147).

Apesar dessas disputas explícitas com o Clero, a TFP, e tudo que a envolve, é ainda noticiada com louvor pelo Diário de Pernambuco. Exemplo disso é que Plínio Corrêa de Oliveira é visto como líder católico e são consideradas suas opiniões diante da eleição de dois cardeais, vistas como valiosas, sendo o mesmo exaltado por sua posição de professor na Universidade Católica de São Paulo e sua antiga atuação na Liga Eleitoral Católica⁴³.

³⁷ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 14/9/1968, pág. 7, primeiro caderno.

³⁸ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 13/9/1968, pág. 6, segundo caderno.

³⁹ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 3/9/1968, pág. 8, primeiro caderno.

⁴⁰ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 26/6/1968, pág. 7, primeiro caderno.

⁴¹ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 10/9/1968, pág. 10, primeiro caderno.

⁴² Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 17/9/1968, pág. 6, primeiro caderno.

⁴³ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 7/6/1967, pág. 9, segundo caderno.

O próprio Plínio publica um artigo no *Diario de Pernambuco* falando em tom vitorioso, que apesar dos ataques autoritários de “uma minoria de Bispos – e dos respectivos técnicos”, a campanha contra o avanço do progressismo na Igreja foi um sucesso, “evitando para o país um imenso drama de consciência”⁴⁴. Vitória essa que foi publicada no *Catolicismo*, que numerou mais de 1.600.000 assinaturas contra o progressismo no clero, sendo 1.500.000 assinaturas em 58 dias, feitas em 229 localidades do Brasil inteiro⁴⁵.

E em meio a essas batalhas e lutas, que a TFP lutou para que ela vingasse no seio da Igreja um sentimento de vanguarda contra os extremos do progressismo, e do progressismo católico, sendo como princípio as ideias colocadas por Plínio Correa de Oliveira e seus movimentos, temos em resumo aquilo que vemos em totalidade nos anos analisados.

⁴⁴ Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 10/9/1968, pág. 4, primeiro caderno.

⁴⁵ *Catolicismo*, Nº 212-214, ago-out de 1968, págs. 6-7

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Observando o papel de imprensa do *Diario de Pernambuco* sobre a TFP, durante os anos de 1960 até 1968, percebe-se sua inserção dentro do processo de maior intervenção e seleção jornalística dentro da luta do anticomunismo. Primeiramente, enaltecendo diante do público pernambucano a figura do Dr. Plínio Corrêa de Oliveira, que junto com os bispos “tefepistas” foram uma referência intelectual no debate levantado no congresso nacional sobre a Reforma Agrária, principal pauta das “Reformas de Base” que estariam sendo desenvolvidas nos anos de 1960, e que segundo o próprio Plínio, seriam desastrosas se colocadas em prática, levando em consideração a questão do método e finalidade com que alguns grupos estariam as promovendo, como as Ligas Camponesa e suas “agitações”⁴⁶. Como também o “janguismo”, o “brizolismo” e tantos outros termos pejorativos distribuídos a grupos à esquerda pela TFP na sua atividade política conseguira publicar, com divulgação direta e indireta no *Diario de Pernambuco*, que instigava a leitura dos textos do editorial da Sociedade.

Mesmo com a mudança de parte do Clero, com a minoria “progressista” e a imensa maioria dos “modernizadores-conservadores”, o “integrismo” da TFP ganhou força a partir do periódico, trazendo um catolicismo que para a resolução dos problemas sociais, culturais e da própria evangelização se firmaria na luta da visão em que a sociedade se torne, novamente, confessionalmente cristã, rejeitando o secularismo e a opção em que as obras da Igreja devessem ser separadas do reinado da fé e da moral cristã católica.

A natural expansão dessa Sociedade (TFP) ocorrida após a “revolução” de 1964, decorrente dos ideais de seus fundadores, foi bem divulgada e ainda foi proporcionado o espaço no *Diario de Pernambuco* um entendimento melhor do que era a sociedade, suas lutas, seus símbolos, por intermédio de Paulo Teixeira Campos, que se tornou um dos nomes importantes para a fundação em 1966 da TFP em Pernambuco e finalmente a organização pudesse ser ativa nas decisões culturais e políticas do Estado, principalmente em relação a divulgação de suas obras, seus abaixo-assinados, e de seus encontros culturais que funcionavam a atraíam a muitos jovens.

Essa atividade chegou com tanta ferocidade na diocese de Pernambuco que fora capaz de criar conflitos entre o clero pernambucano, nordestino e nacional, que tinha

⁴⁶ Catolicismo, Nº 120, dez de 1960, pág. 8

como um dos líderes simbólicos de suas atividades pastorais o prelado de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, que se voltaram contra a TFP que ficaram acusados de estarem a “serviço da extrema direita”⁴⁷.

Mesmo com essas discussões no seio da Igreja, a entidade continuou sendo valorizada pelo seu valor histórico, em prol do expurgo comunista no Brasil e do esclarecimento público contra as ideais revolucionárias, tendo uma relação mútua com o Diário de Pernambuco, mesmo que ambos os grupos não tendo a mesma finalidade de existência, o jornal pernambucano deu um espaço frutífero para que a organização pudesse vigora a nível regional em Pernambuco e que seu serviço editorial pudesse se expandir como referência intelectual e conservadora diante das ações políticas e dos pensamentos religiosos, morais e intelectuais, combatendo a “ameaça” e “infiltração comunista”.

Se no Brasil a luta “revolucionária” agia com o apoio mútuo de vários partidos e grupos, a luta “contrarrevolucionária”, na qual a TFP foi um dos grandes grupos a promovê-la, devia se servir da mesma tática de coalização. E a unidade de fatores comuns e possíveis entre o Diário de Pernambuco e TFP foram prova desse sustento mútuo para a realização de uma causa, mesmo que os grupos não compartilhassem dos mesmos pressupostos e ideais filosóficos.

Ainda mais com a TFP e a Igreja Católica e a diversidade de movimentos em prol da revitalização da fé, que no tempo focalizado no trabalho, colocaram em reflexão o que seria essencial na pregação evangélica e como se construiria, em uma nova perspectiva, linguagem e prática de vida, o reino de Cristo, que até hoje é um dos fatores de importância nas decisões políticas e culturais do Brasil e do mundo, dado a importância da religião para os assuntos comuns humanos e sua sempre permanência em tudo aquilo que o homem percebe como real.

⁴⁷ Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 13/9/1968, pág. 6, segundo caderno.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, M. d. (2003). *Revisitando o Campo: Lutas, Organização, Contradições - Pernambuco 1962 - 1987*. Recife: Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.
- ANDRADE, M. C. (1963). *A Terra e o Homem No Nordeste*. xxx: Brasiliense.
- ARENDT, H. (2012). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BORDIEAU, P. (2008). *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BRASIL. (11 de out. de 1962). **LEI DELEGADA Nº 11, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962**. *Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências*.
- COELHO, G. (2012). *História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. do autor.
- DANTAS, A. (2014). **A mídia militar e o golpe militar**. *Estudos Avançados*, 59-74.
- ELIOT, T. S. (2011). *Notas para a Definição de Cultura*. São Paulo: É Realizações.
- FERNANDES, C. M., & CORREIA, G. C. (2014). **Midia jornalística como instrumento de Ação Política no Golpe Militar de 1964**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 77-88.
- FERREIRA, J., & GOMES, A. d. (2014). *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREYRE, G. (2004). *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global Editora.
- GIORDANI, M. C. (2012). *História do Século XX*. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras.
- HOBBSBAWM, E. (2017). *Viva la Revolución: a Era das Utopias na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JOÃO XXIII. (11 de abril de 1963). *A Santa Sé*. Fonte: Carta Encíclica: **Pacem In Terris**.
- JÚNIOR, J. G. (2008). *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): um Movimento Ultramontano na Igreja Católica do Brasil?* São Paulo: Tese (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LIMA, A. P. (2001). *Assis Chateaubriand e Silvio Santos: Patrimônios da Imprensa Nacional*. Juiz de Fora: Monografia (disciplina Projetos Experimentais) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

- LUCA, T. R. (2008). **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Em C. B. Pinsky, C. Bacellar, J. Grespan, M. Napolitano, M. d. Janotti, P. P. Funari, . . . V. Alberti, *Fontes Históricas* (pp. 111-153). São Paulo: Contexto.
- MAINWARING, S. (2004). **Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense.
- MATTEI, R. d. (1997). **O Cruzado do Século XX - Plínio Côrrea de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora.
- MONTENEGRO, A. T. (2019). **Travessias: Padres Europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: CEPE.
- MORAES, M. A. (2021). **"Vamos ao Âmago do Problema": Atuação de Dom Helder Câmara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões pobres do mundo (1964-1970)**. São Paulo: Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MOTTA, R. P. (2000). **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- MOURA, D. O. (1978). **Direções do Pensamento Católico no Século XX**. Em A. Paim, C. L. Mattos, V. Chacon, A. Crippa, & D. Moura, O.S.B., *As idéias filosóficas no Brasil* (pp. 130-205). São Paulo: Convívio.
- NAPOLITANO, M. (2014). **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto.
- NEVES, L. M. (2021). **Educar é Civilizar: a pedagogia dos periódicos e dos panfletos políticos**. *Revista de História da Educação*, pp. 1-32.
- OLIVEIRA, P. C. (1976). **A Igreja ante a Escalada da Ameaça Comunista**. São Paulo: Editora Vera Cruz LTDA.
- OLIVEIRA, P. C. (1998). **Revolução e Contra-Revolução**. São Paulo: Artpress.
- PAIM, A. (2018). **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: LVM.
- PAIM, A. (2020). **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. Campinas: Távola.
- REIS FILHO, D. A. (2002). **Entre reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943-1964**. Em M. Ridenti, & D. A. Reis Filho, *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60* (pp. 69-103). Campinas: Editora da Unicamp.
- RIDENTI, M. (2002). **Ação Popular: Cristianismo e Marxismo**. Em M. Ridenti, & D. A. Filho, *História do Marxismo no Brasil* (pp. 213-276). Campinas: Unicamp.

- RIDENTI, M., & Reis Filho, D. A. (2002). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: UNICAMP.
- SCHALL, J. V. (2020). *Teologia da Libertação na América Latina: ensaios e documentos selecionados*. Campinas: Ecclesiae.
- SCHWARCZ, L. M., & STARLING, H. M. (2018). *Brasil: Uma Bibliografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, C. L. (março de 2000). **Anticomunismo Brasileiro: conceitos e historiografia**. *Tempos Históricos*, pp. 195-228.
- SILVA, F. F. (2009). *Cruzados do Século XX O Movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP): origens, doutrinas e práticas (1960-1970)*. Recife: Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
- SILVA, M. G. (2022). **A DOPS-PE: o combate permanente ao comunismo de 1930-1945**. Em T. N. Soares, & S. d. Pina, *História de Pernambuco: Novas Abordagens* (pp. 23-51). Recife: IGP.
- SKINNER, Q. (1999). *As Fundações do Pensamento Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUSA, J. P. (2022). *Política e Teoria do Estado & Raízes Históricas da Crise Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Dom Bosco.
- SOUSA, J. P., GARCIA, C. L., & CARVALHO, J. F. (2021). *Dicionário de Política*. Rio de Janeiro: CDB.
- SOUZA, L. A. (1984). *A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes.
- ZANOTTO, G. (2010). **Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995)**. *Locus*, pp. 87-101.
- ZANOTTO, G. (maio de 2013). **"Paz de Cristo, no reino de Cristo": ideal teológico-político da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)**. *Dossiê: Facetas do Tradicionalismo Católico no Brasil*, pp. 113-125.
- ZANOTTO, G. (jan.-abr. de 2016). **"Ver, Julgar y Actuar": um manifesto em prol da "Argentina Católica Conservadora" (1971)**. *Estudos Ibero-Americanos*, pp. 105-126.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

Diário de Pernambuco, 1960-1968. Palavras-chave: "TFP"; "Plínio Corrêa de Oliveira", "Paulo Teixeira Campos"